DEZEMBRO 2024

jornal fne

Federação Nacional da Educação









2024
UM ANO DE VITÓRIA DA LUTA E DO DIÁLOGO

ÍNDICE



3 - 4
EDITORIAL

5 - 17
RESUMO DO ANO

18- 38
AÇÃO SINDICAL

39 - 40
PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

41 - 64
INTERNACIONAL

65-66
SAÚDE

FICHA TÉCNICA | DEZEMBRO 2024

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros
- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- STAEZN - Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS

FILIAÇÃO

EDITORIAL



A negociação do ECD é fundamental

No editorial do jornal da FNE do mês de novembro, o Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral da federação, Gabriel Constantino, elegia como momento supremo do "turbilhão de negociações" a revisão do Estatuto da Carreira Docente.

Esta é de facto uma matéria estruturante e central na carreira dos professores e que tem que merecer o envolvimento de todos nós, enquanto profissionais e sindicalistas. A FNE tem que centrar as atenções e dirigir as suas energias para a negociação do ECD.

Teremos que mobilizar todos, na discussão de um estatuto que se deseja inovador, transparente e capaz de dar respostas aos problemas atuais dos professores e que atraia os jovens para a profissão.

Este será o grande desafio, para o qual estamos todos convocados, muito em especial o Ministério da Educação Ciência e Inovação (MECI). Nenhum de nós se pode demitir de participar na discussão dos problemas que afetam a classe, que são necessariamente diferentes e muito complexos na escola de hoje.

O novo ECD terá que garantir a qualidade da escola pública, a justiça e a equidade para todos os profissionais.

O acordo sobre o Regime Especial de Recuperação do Tempo de Serviço (RITS), celebrado entre a FNE e o MECI em 21 de maio de 2024, deu um passo enorme para a valorização dos professores, mas não pode ser uma medida isolada.

A valorização da profissão e atratividade da carreira é um problema sistémico e requer que complementarmente se resolvam outros problemas que afetam os professores, como as condições de trabalho, a aposentação, as remunerações e tabelas salariais, as ultrapassagens em carreira, entre outros, que o novo estatuto da carreira docente pode e deve dar respostas.

As recentes medidas tomadas pelo MECI, para resolver ou colmatar a falta de professores, revelaram-se insuficientes, não tendo atingido o objetivo desejado. A atratividade da carreira e a falta de professores resolvem-se com medidas de caráter estruturante e permanente e não com medidas avulsas, que tentam remediar aquilo que sucessivos governos ao longo de anos ignoraram.

A falta de professores obrigou a sociedade, os partidos políticos e o governo em especial, a refletir, reconhecer e equacionar outras medidas e soluções que valorizem e tornem a carreira mais atrativa. Também no setor privado da educação se reclamam melhores condições de trabalho, salariais e de progressão. É necessário evoluir através da negociação de contratos coletivos de trabalho (CTT) mais justos.

A negociação do ECD coloca enorme responsabilidade aos diversos atores envolvidos; aos sindicatos, aos professores, às associações de profissionais, à sociedade em geral, mas principalmente ao governo. Compete ao MECI implementar medidas que resolvam a falta de professores e a falta de atratividade da carreira. Por muito que se mitigue, este assunto está longe de ser resolvido.

O ano de 2025 anuncia-se difícil e de enorme complexidade. Temos que ser capazes de ultrapassar as dificuldades, encontrando na negociação as melhores soluções para aqueles que representamos.

Num mundo permanentemente em guerra, carregado de sofrimento, onde o mais certo é o incerto, renovo esperança de que um dia alcançaremos a paz para todos os povos.

Votos de um Santo Natal.



ANTÓNIO JORGE PINTO
VICE-SECRETÁRIO-GERAL DA FNE

2024

o ano em imagens

2024 foi um ano histórico para a FNE, marcado pela assinatura a 21 de maio do acordo de recuperação do tempo de serviço, que é mais um passo importante para a justiça, equidade e valorização da carreira docente. 2024 reforçou ainda o compromisso da FNE com uma ação sindical assertiva e responsável e com propostas para uma Educação de qualidade com Docentes e Pessoal de Apoio Educativo respeitados e valorizados. Recordamos aqui em imagens alguns dos destaques mais importantes de cada mês de um 2024 que teve muitos mais momentos que, apesar de não aparecerem nestas páginas, ficam na luta diária de todos por uma Educação melhor.

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Janeiro



Conferência de celebração do Dia Internacional da Educação



A FNE em São Tomé e Príncipe na comemoração do 32º Aniversário do SINPRESTEP



Lançamento do novo site da FNE

Fevereiro



Sessão Pública com partidos políticas "Os Futuros da Educação"



Secretariado Nacional da FNE em Lisboa



Apresentação da Campanha da candidata às legislativas "Maria Esperança Portugal"

Março



Conferência de celebração do Dia Internacional da Mulher



Assinatura do acordo de revisão do CCT com a União das Mutualidades Portuguesas



Conferência de Imprensa de apresentação do Observatório Convivência Escolar

Abril



Vencedor do Concurso "Era uma vez o 1º Maio"



Reunião de apresentação com o novo Ministério da Educação Ciência e Inovação



Celebração dos 50 anos de Abril

Maio



1º de Maio da UGT em Vila Real



Assinatura do acordo de recuperação do tempo de serviço

Junho



Consulta Nacional a docentes sobre o balanço do ano letivo



Reunião do Pessoal de Apoio Educativo com o MECI



Reunião da FNE com MECI sobre o Ensino Superior

Julho



Secretariado Nacional, Conselho Geral e Conferência de Organização da FNE no Luso



Assinatura do acordo FSUGT e UMP



Reunião da FNE com MECI sobre Concursos

Agosto



Pessoal de Apoio Educativo reunido com a tutela



FNE no 10º Congresso da Internacional da Educação em Buenos Aires



Reunião no MECI sobre apoio à deslocação

Setembro



Apresentação do Observatório Convivência Escolar ao Ministro da Educação



Secretariado Nacional da FNE em Lagoa - Algarve



Educação para o Ambiente - Limpeza de praia em Armação de Pêra

Outubro



Comemorações do Dia Mundial do Professor



Entrega do Abaixo-Assinado relativo às ultrapassagens na Carreira Docente



FNE no Seminário Internacional da Educação em Fortaleza - Brasil



XI Convenção Nacional FNE/ CONFAP/ANDAEP em Aveiro



Seminário sobre a "Educação Inclusiva" em Coimbra

Novembro



Fórum da FNE no Porto

42º Aniversário da FNE



Celebração do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente / Pessoal de Apoio Educativo em Vila Real

Dezembro



Reunião FNE/MECI sobre habilitação profissional



Conferência "Administração e gestão escolar" em Aveiro



Assinatura do acordo entre FNE e MECI relativo ao protocolo negocial da revisão do ECD


42
fne

11 dezembro 2024
10h30 - 17h00

Universidade de Aveiro
Sala de Atos Académicos,
Edifício Central e da Reitoria

CONFERÊNCIA

Administração e gestão escolar - avaliar para corrigir



Conferência final da FNE/AFIET para a revisão do modelo de administração e gestão escolar em Aveiro

A Sala de Atos Académicos da Universidade de Aveiro recebeu a Conferência Final sobre "Administração e Gestão Escolar – avaliar para corrigir", promovida pela Federação Nacional da Educação (FNE) e a Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho (AFIET).

Numa plateia com mais de uma centena de participantes, que incluía dirigentes sindicais, docentes, diretores de escola, presidentes de Conselhos Gerais, coordenadores de estruturas pedagógicas intermédias, trabalhadores de apoio educativo, académicos, pais e encarregados de educação, procurou-se, através da apresentação de ideias e conclusões, chegar a soluções para criar um contributo político-sindical para a revisão do modelo de administração e gestão escolar, no ensino básico e secundário.

CONFERÊNCIA
Administração e gestão escolar
- avaliar para corrigir

Esta Conferência em Aveiro concluiu um ciclo de quatro "Audições sobre Administração e gestão escolar – avaliar para corrigir" efetuadas em 2024, em Coimbra (6 de março), Lisboa (17 de abril), Évora (5 de junho) e Porto (16 de outubro) e serviu ainda para divulgar e debater as conclusões lá retiradas a vários atores intervenientes e partes interessadas no sistema educativo do país.

A sessão de abertura ficou a cargo de Manuel Teodósio, Vice-Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, Presidente da AFIET e Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, seguindo-se uma mesa com a participação dos membros do painel fixo de acompanhamento das audições, que apresentaram as suas conclusões.




afiet
CONFERÊNCIA
Administração
e gestão escolar
- avaliar para corrigir
MARIA LUÍSA PIRES
CRISTINA PEREIRA






11 dezembro 2024
10h30 - 17h00
Universidade de Aveiro
Sala de Atos Académicos,
Edifício Central e da Reitoria
CONFERÊNCIA
Administração
e gestão escolar
- avaliar para corrigir
afiet
fne

A sessão da tarde foi totalmente preenchida por intervenções dos participantes que debateram as limitações do regime atual, os princípios a promover na definição de um novo regime e a distribuição de competências na área da educação, incluindo também órgãos de direção e a coordenação das estruturas pedagógicas.





A sessão da tarde foi totalmente preenchida por intervenções dos participantes que debateram as limitações do regime atual, os princípios a promover na definição de um novo regime e a distribuição de competências na área da educação, incluindo também órgãos de direção e a coordenação das estruturas pedagógicas.

O encerramento ficou a cargo do Presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Geral da FNE, Gabriel Constantino.





















Galeria de Fotos



Pedro Barreiros em Colóquio na UMinho

Pedro Bareiros, Secretário-Geral da FNE, foi um dos oradores convidados no 3.º Colóquio "Desafios Curriculares e Pedagógicos na Formação Docente" organizado a 6 de dezembro no Auditório do Centro Multimédia do Instituto de Educação da Universidade do Minho 13 - Campus de Gualtar, Braga.

Este colóquio foi subordinado ao tema “Liberdade e Justiça Social” e tal como os precedentes, visou constituir um espaço de debate e de divulgação de múltiplos estudos centrados em problemáticas atuais e pertinentes das políticas educativas centradas nos currículos escolares e na formação de professores nas sociedades ocidentais.

O dirigente máximo da FNE interviu no painel com o tema "Diálogo 2: Trabalho Docente, Liberdade e Cidadania".





FNE no 25º aniversário da Associação Agostinho Roseta

Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, esteve presente na cerimónia que decorreu no Auditório Delmiro Carreira, na sede da UGT Portugal, em Lisboa e em que Maria José Rangel, Secretária Nacional da FNE e antiga Presidente da Associação Agostinho Roseta foi homenageada, assim como João Dias da Silva, ex-Secretário-Geral da FNE e antigo membro da Direção da Associação.

Também as organizações sindicais filiadas na Associação, Sindicato Professores Zona Norte, SPZC e FNE foram agraciadas nesta comemoração.









FNE defende redução horário para professores cooperantes

Manuel Teodósio, Vice Secretário-Geral da FNE foi quem fez o balanço da reunião entre FNE e Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) que decorreu na tarde de 5 de dezembro para retomar as negociações sobre o regime jurídico da habilitação profissional e da formação contínua de professores que decorreu esta tarde, em Caparide.

E "o primeiro resultado que saiu desta reunião foi que vamos voltar a reunir no dia 13 de dezembro para continuar a negociação, agora já em mesas separadas e por isso, até lá, faremos chegar as nossas (FNE) propostas relativas ao que nos foi apresentado hoje".

Manuel Teodósio assumiu que este encontro que começou às 14h e terminou pelas 20h "foi uma maratona, pois eram vários os assuntos em agenda" tais como o da falta de professores e soluções para resolver o problema "tentando atrair os que estão em condições de leccionar e por isso o Ministério fez um concurso extraordinário e mais um conjunto de medidas que efetivamente não surtiram efeito e por isso a solução passa por atrair candidatos para os cursos de docência e de formação de novos professores.

Dia 13 vamos portanto afinar matérias importantes para que a carreira docente se torne atrativa e para isso estão envolvidas as instituições de ensino superior, mas temos que nos concentrar num momento muito importante que é a formação profissional que depois é conseguida juntos das escolas", afirmou o Vice SG da FNE.

Para o sucesso dessa formação é necessário "que seja atrativa para que os professores possam ser cooperantes e participar neste processo de formação pedagógica dos futuros professores e também que a bolsa a ser atribuída a mestrados na área do ensino também possam ser atrativos" sendo que em relação a este tema "não foi avançado um valor para essa bolsa, mas foi avançado que para os professores cooperantes em valores estarão entre os 80 e 90€ mensais consoante o número de alunos estagiários que cada professor tenha. A FNE manifestou que não considera o valor atrativo porque se esta é uma medida para chamar professores, entendemos que não é este valor que vai ter o efeito desejado", lembrando que "atualmente o valor é zero, por isso será sempre algo mais, mas a FNE entende que aquilo que esta função acarreta em termos de trabalho, não justifica o valor apresentado".

Na opinião da FNE, o que pode tornar esta função mais atrativa passa pela "redução do horário, que é algo efetivamente importante porque o professor que vai orientar estes estágios vai trabalhar mais horas, sendo que no horário normal já está sobrecarregado, é fundamental haver uma redução que seja significativa".

O Vice Secretário-Geral da FNE criticou a proposta da tutela, recordando que já antes a FNE tinha considerado insuficiente a redução de três horas proposta pelo anterior executivo e sublinhou ainda que "a FNE entende que deveria ser feito um contrato de trabalho com os alunos estagiários para que lhes pudesse ser contado futuramente esse trabalho, porque no fundo a lecionar estão em contexto de trabalho, mas a proposta da tutela mantém-se em termos de uma bolsa que não sabemos os montantes, nem se vai ser atrativa, mas o que sabemos é que com essa bolsa este tempo não será contado, nem para tempo de serviço, nem para concursos, nem para aposentação, porque não é um suplemento remuneratório. Mas não estamos a falar nada de novo porque no passado, há algumas décadas, já o foi [remunerado] aplicado".

Sobre a questão do RITS (recuperação integral do tempo de serviço), a FNE considerou como um avanço a questão da situação transitória em termos de avaliação dos professores que era até 1 de julho de 2025 e por solicitação da comissão de acompanhamento da recuperação do tempo de serviço este prazo vai ser alargado para 1 de julho de 2027 portanto mais dois anos que vêm ao encontro das preocupações que os professores tinham" disse a fechar.





FNE: "Queremos que os futuros professores tenham condições e que não desistam da profissão"

A FNE revelou no final da reunião que decorreu na manhã de 13 de dezembro que o Ministério está a trabalhar para que as escolas saibam, antes do ano letivo terminar, quais as regras e recursos humanos que terão em setembro.

"O Ministério da Educação vai antecipar e fazer tudo mais cedo, cerca de dois meses, para que as escolas saibam o que têm pela frente", anunciou Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, à saída de mais uma ronda negocial sobre vários diplomas relacionados com a habilitação para a docência, que foi liderada pelo secretário de estado da Administração e Inovação Educativa, Pedro Dantas da Cunha.

Segundo Pedro Barreiros, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) "vai fazer um despacho de organização do ano letivo, que permitirá às escolas saber as regras com que podem lidar ao longo do próximo ano letivo e saber quais os recursos humanos", prevendo que o próximo concurso de professores esteja concluído "por volta de maio ou junho".

Entre estas alterações, a FNE voltou a pedir à tutela para que altere o atual regime de mobilidade por doença, que prevê a possibilidade de mudança de escola em caso de os professores ou familiares diretos estarem docentes ou a realizar determinados tratamentos.

“O Ministério queria alterar o diploma ainda este ano, mas tal não vai acontecer. Será tratado em sede de negociação do Estatuto de Carreira Docente (ECD)”, disse Pedro Barreiros, revelando que a reunião agendada para a próxima segunda-feira para debater o ECD foi novamente adiada, agora para 27 de dezembro.

A FNE disse ainda à tutela que “independente do calendário negocial”, a mobilidade por doença é uma das medidas “que tem de ser resolvidas já” pois na visão da FNE “não podemos permitir o arrastar de situações para estes professores, queremos que no próximo ano letivo todos possam usufruir desta medida e foi-nos dito pelo Ministério que há essa disponibilidade”.

Sobre os diplomas que estiveram em negociação naquela manhã e que foram desde a recuperação do tempo de serviço, às regras a aplicar aos futuros estagiários e professores orientadores, Pedro Barreiros disse que algumas das propostas apresentadas pela FNE foram acolhidas, mas que ainda há um caminho para percorrer.

“Houve a apresentação de uma nova proposta por parte do MECI em que há o acolhimento de um conjunto de contrapropostas que já tínhamos feito na última reunião, a aproximação revela uma melhoraria da versão final do documento”, acrescentando que "acima de tudo queremos que os futuros professores tenham condições e que não desistam da profissão"

Entre as noticias consideradas mais positivas está a “concordância do ministério para a recuperação integral do tempo de serviço das 12,5 horas de formação”, mas existem questões que continuam sem acordo como seja o valor a pagar aos professores que aceitem ser orientadores de estágio, que se mantém abaixo dos 90 euros, e que é um dos pontos de discórdia para a FNE. Se outros sindicatos defendem que devem ser 200 euros, a FNE diz ainda não ter um valor para apresentar, mas que em breve fará chegar ao ministério a sua proposta.

“Vamos apresentar contrapropostas até dia 20[dezembro], com exemplos concretos daquilo que deverá ser o valor pago. Mas, em termos quantitativos, queremos apresentar uma proposta robusta e sólida e não apenas um valor ao acaso”, disse Pedro Barreiros, considerando também que o valor proposto pelo Governo, “diluído ao longo do ano” e após os respetivos descontos, significa que “se está a ter um trabalho adicional que não é remunerado”.

FNE/LUSA





Desacordo claro entre FNE e MECI em relação ao suplemento remuneratório dos professores

A FNE demonstrou à tutela na reunião de 20 de dezembro, em mais uma ronda negocial relativa às alterações ao regime especial de recuperação do tempo de serviço dos educadores de infância e dos professores do básico e secundário e ao regime de gestão e recrutamento do pessoal docente e dos técnicos especializados, o seu descontentamento com o Governo por este ter aprovado a proposta de suplemento aos docentes que acompanhem estagiários, sem a negociação ter terminado. "Um desrespeito", disse Pedro Barreiros, à saída do encontro.

O Secretário-Geral da FNE teceu duras críticas à postura do Governo, assinalando que foi um "desrespeito para com o processo negocial" acrescentando que "há um desacordo claro e inequívoco em relação às condições para o suplemento remuneratório dos professores de educação". "O Governo falhou. Isto é o desvirtuar por completo daquilo que se pretende num processo de discussão".

Esse descontentamento ficou reforçado no dia anterior quando a FNE fez chegar ao MECI a sua contraproposta para os temas em debate, sendo que em relação ao Despacho que definia as condições e o montante do suplemento remuneratório a atribuir aos orientadores cooperantes previsto na proposta de alteração ao Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, a FNE “pintou” o fundo propositadamente a negro em protesto pelo facto de o Conselho de Ministros já ter aprovado algo que “supostamente” ainda está em negociação sindical.

A proposta de suplemento foi apresentada à FNE na reunião de 5 de dezembro e mereceu desde logo a sua discordância que considerou o valor insuficiente, acreditando ser mais essencial uma redução do horário na componente letiva para estes docentes, de modo a poderem dedicar-se a esta função de acompanhamento dos professores em formação.

Esta redução no número de aulas apenas será possível caso não cause "inconveniência no serviço" e os diretores das suas escolas o autorizem. Dada a falta de professores que existe em várias regiões do país e às dificuldades na sua substituição, a FNE prevê barreiras à possibilidade de os docentes terem mais horas para dedicar aos seus orientandos.

Pedro Barreiros afirmou ter entregue à tutela um documento relativo ao decreto legislativo regional 23/2023/A da Região Autónoma dos Açores, que no seu artigo 189º, define as condições de exercício para o orientador cooperante com o dirigente da FNE a reforçar que "o que está no documento é claro e inequívoco e bastaria ao MECI olhar para este bom exemplo e aplicá-lo aos orientadores do nosso sistema aqui no continente".

Ainda em declarações no fim da reunião, Pedro Barreiros afirmou que o Secretário de Estado da Administração e Inovação Educativa, Pedro Dantas da Cunha, admitiu que, no âmbito da revisão do Estatuto da Carreira Docente, pudessem ser encontrados "mecanismos" que compensassem estes docentes que acompanham estagiários. Para a FNE, isso não resolve o problema: "O Estatuto da Carreira Docente não deve ser o diploma que resolve todos os problemas. É muito importante, é denso, é complexo, vai ser muito trabalhoso. Queremos que finalmente possa haver um estatuto que dependa menos de regulamentações futuras e queremos a concretização das regras, direitos e deveres que cada um dos professores e educadores terá", disse, notando que há demasiados assuntos que estão a ser "empurrados" para este processo negocial.

Horários compostos deixam de ser obrigatórios

Foram registados alguns avanços relativamente aos concursos, a começar pelo recuo da tutela em querer manter as reservas de recrutamento apenas durante os primeiros três meses do ano letivo, isto é, até ao final do ano civil. Vão, assim, portanto, manter-se até ao final do ano letivo.

Recuperação do tempo de serviço

Em relação ao processo de recuperação do tempo de serviço, Pedro Barreiros assumiu que "houve uma concordância total com aquilo que nos foi apresentado. O Ministério da Educação acolheu todas as nossas propostas".



VÍDEO



FNE assinou acordo de protocolo negocial com o MECI sobre a revisão do ECD

Pedro Barreiros à saída desta reunião com a tutela, assumiu que "o Ministério deu-nos a garantia de ter toda a disponibilidade para que o processo negocial possa acontecer da forma mais célere possível e isso também justifica a assinatura deste protocolo negocial - não é que seja a ação mais importante, mas é um sinal que nós também quisemos dar - porque não sendo assinado hoje este protocolo, já só o poderia ser, na melhor das hipóteses, no dia 17 de janeiro e estaríamos a arrastar o processo, ficando assim desde já marcadas as duas próximas reuniões que serão a 17 de janeiro e 21 de fevereiro de 2025". Estas são as reuniões marcadas, disse, “mas isso não implica que ao longo do processo não possam existir outras ligadas a outros temas, contando com uma negociação transparente, pois tal como fizemos ver ao Ministro da Educação, não queremos ver repetido que aconteceu na semana passada onde ficámos a conhecer que o Conselho de Ministros tinha aprovado medidas que ainda estavam em negociação sindical. Portanto o protocolo negocial visa garantir que há um calendário e um conjunto de matérias que desde já ficam assumidas que vão ser negociadas".

O líder da FNE recordou que a Federação tinha feito chegar ao MECI, tal como ficou acertado na reunião em Caparide a 21 de outubro, a sua proposta que foi acolhida em certa parte pelo Ministério da Educação. Desde logo, num dos primeiros aspetos, o MECI aceitou manter o ECD como decreto-lei, em vez de torná-lo lei, como inicialmente proposto pela tutela, o que levaria o diploma a ser discutido no parlamento. "Só assim se justifica um processo negocial entre as partes, porque se assim não fosse não estaríamos aqui a fazer nada e iríamos negociar diretamente com os partidos na Assembleia da República", afirmou o SG da FNE, que acrescentou ainda "que existiu também acolhimento por parte do MECI para outras propostas que a FNE apresentou nomeadamente algumas matérias que devem ser revistas o mais rapidamente possível dada a sua urgência e aplicabilidade no início do próximo ano letivo".

E umas dessas matérias, segundo Pedro Barreiros "é a mobilidade por doença", existindo a garantia de que as novas regras do regime estarão prontas antes do início do próximo ano letivo (2025/2026): “A mobilidade por doença será a primeira área de negociação a acontecer, para garantir que no início do próximo ano letivo os professores já poderão usufruir do novo regime”, disse.

Segundo o acordo de protocolo assinado entre a FNE e o MECI, as negociações relativas à revisão do ECD vão decorrer de forma segmentada e depois da matéria da mobilidade por doença vão ser discutidos, sem calendário ainda definido, pontos como o recrutamento, ingresso, formação e desenvolvimento profissional, condições de trabalho, revisão da carreira e o modelo de avaliação de desempenho docente: "É precisamente neste segundo ponto que queremos garantir que todos aqueles que não usufruíram ainda de medidas de valorização, nomeadamente a recuperação do tempo de serviço, possam por via deste processo garantir, por exemplo, a equiparação do topo da carreira docente ao topo da carreira dos quadros técnicos superiores da administração pública", referiu Pedro Barreiros.

O SG da FNE acrescentou ainda que "da nossa parte também houve cedências", precisando que a FNE pretendia que a revisão dos índices remuneratórios, prevista na revisão estrutural da carreira, acontecesse "o mais rapidamente possível". Segundo Pedro Barreiros, a tutela explicou que não seria possível somar essa despesa orçamental ao custo da recuperação do tempo de serviço congelado durante o período de intervenção da ‘troika’, processo que só estará concluído em 2027.

As próximas reuniões entre FNE e MECI relativas a esta negociação estão então agendadas para 17 de janeiro e 21 de fevereiro.









Após 11 anos de lutas e protestos: FNE congratula-se pelo fim da Propina no EPE

Após 11 anos de lutas e protestos, que decorreram de 2013 até à atualidade, a FNE finalmente assiste ao fim da propina de 100 euros no Ensino Português no Estrangeiro (EPE), a partir do próximo ano, uma lamentável imposição apoiada por governos sucessivos que, além de discriminar negativamente os alunos portugueses e lusodescendentes, atentava contra o predisposto na Constituição da República Portuguesa. A FNE/SPCL deixaram em comunicado a congratulação por este facto:

«Vale a pena lutar, e nesta luta, da qual o Sindicato de Professores nas Comunidades Lusíadas -SPCL, filiado na FNE, nunca desistiu, tivemos o apoio de vários partidos políticos, associações portuguesas e Conselheiros das Comunidades, que levaram a questão à comunicação social, aos governantes, aos grupos parlamentares na Assembleia da República (AR) e ao Presidente da República.

Em 2013 e 2022 foram apresentadas duas Petições requerendo o **fim da propina** de inscrição/renovação e reclamando a justa igualdade e direito a um ensino gratuito e de qualidade para os alunos portugueses e lusodescendentes, direito que durante 11 anos foi, inaceitavelmente, apenas facultado a alunos de outras nacionalidades, sendo que a Petição de 2022 reuniu assinantes de 50 países, dentro e fora do espaço europeu.

Devido à indiferença ou cegueira dos governantes responsáveis, logo em 2013 o número de alunos portugueses e lusodescendentes nas comunidades lusíadas desceu de 54.083 para 45.220 num único ano e em 2022/23 havia apenas 38.575 alunos no sistema, sendo de realçar a perda na Suíça de 12.000 para 7.094 alunos, em apenas 10 anos.

Entre outros fatores, este decréscimo estava diretamente relacionado com a obrigatoriedade do pagamento de uma propina de frequência, no valor de 100 euros por ano letivo.

Apesar de tal decréscimo, que originou a retirada de mais de 200 docentes do EPE, verificamos que os professores ainda em exercício continuam a pensar terem garantidos os seus postos de trabalho, desde que acatem todas as disposições de uma tutela do Instituto Camões (I.C.) durante tantos anos contrária a reconhecer a constante redução do número de alunos e de professores nas comunidades lusíadas.

Foi dado um grande passo no EPE, mas muitos outros há para dar, com muitos pontos ainda por esclarecer.

Nomeadamente:

Certificado – Só deverá haver pagamento no caso dos alunos que desejem realmente fazer a prova para o certificado que, de modo algum, tem a importância que falsamente lhe tem sido atribuída, sendo inútil tanto para o progresso escolar nos países de acolhimento como em Portugal. Trata-se de um certificado, não de um diploma, que pode ser obtido mediante pagamento junto de qualquer instituto de línguas por indivíduos a partir dos 16 anos de idade para efeitos de progressão profissional e nunca para crianças de 11 e 12 anos de idade em escolaridade obrigatória, como tem infelizmente sucedido desde 2013. É essencial que não exista qualquer tipo de coação para que os Encarregados de Educação paguem para que os seus educandos se sujeitem, desnecessariamente, a uma **prova inútil,** seja no ato de inscrição ou depois do mesmo.

Manuais – Há uma questão por esclarecer. Vários partidos na AR têm requerido que os mesmos sejam gratuitos, tal como sucede em Portugal. É necessário estar alerta para que não haja lugar a uma cobrança de propina encapotada, através da venda dos manuais.

Ensino a distância - De modo algum deverá o ensino a distância ser encarado como um substituto do ensino presencial, sob o pretexto da falta de alunos, causada pelas injustas medidas da tutela.

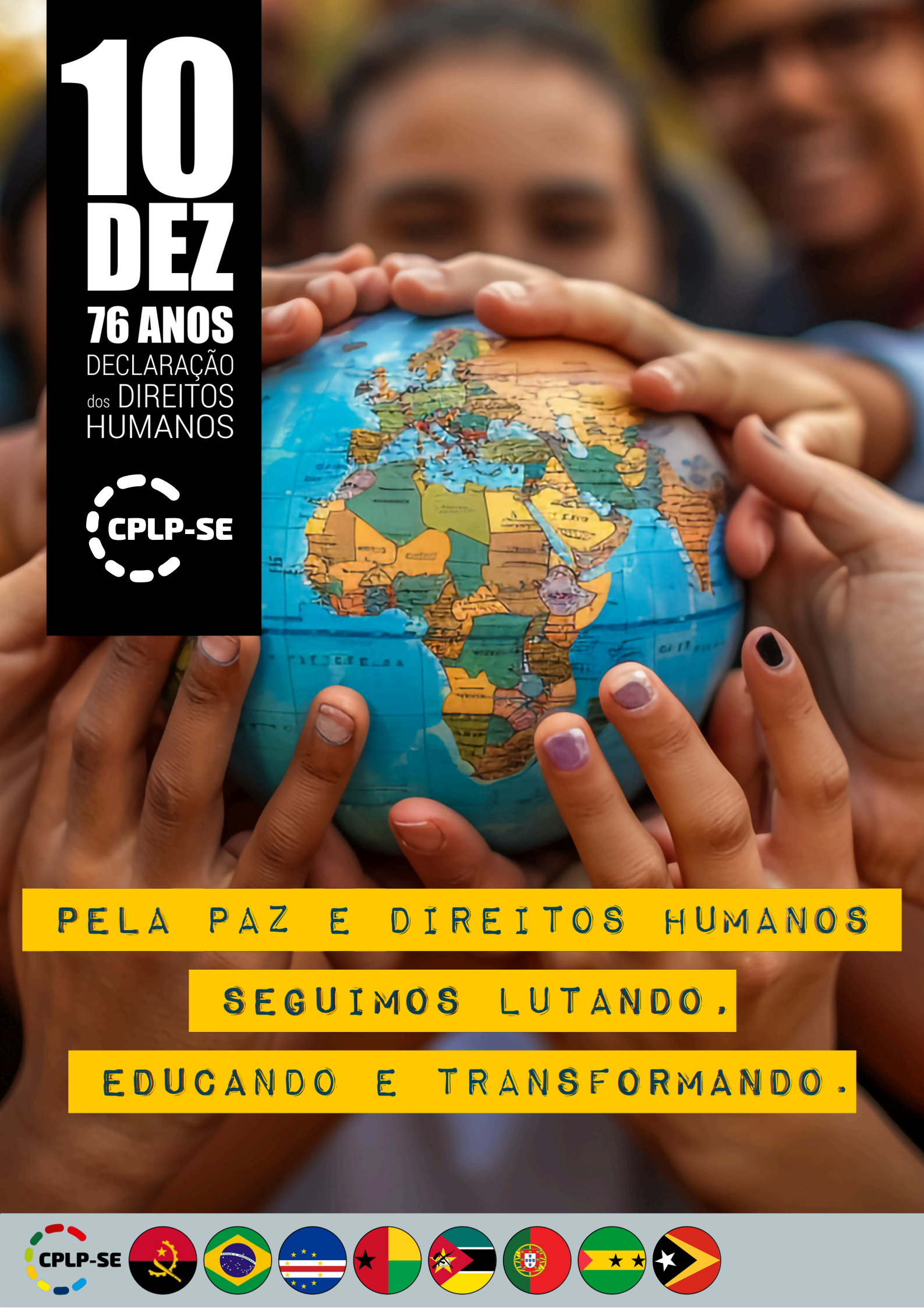
Cursos da rede tutelada pelo I.C. - Milhões de portugueses na América, Ásia e Oceânia continuam sem acesso ao ensino oficial pago pelo Estado Português, sendo que nesses países o I.C. tem vindo a obter lucro com a venda de manuais e certificados.

Vertentes do Português - Ficou claro desde o início da rede EPE do I.C. o facto de esta tutela não se encontrar minimamente vocacionada para o ensino do Português como língua materna ou não materna a crianças e jovens em idade de escolaridade obrigatória, tendo sido unicamente dada atenção à vertente de língua estrangeira, visando a venda de novos manuais e o lucro com o processo de certificação, inútil como atrás mencionado.

Urge repensar todo o processo, colmatar lacunas, corrigir erros e dar de novo prioridade ao público português e lusodescendente, para o qual este subsistema do ensino público português foi criado.

Reivindicações do SPCL:

O SPCL exige a revisão do Regime Jurídico do EPE, tabelas salariais atualizadas, estabilidade laboral, pagamento de subsídios negados e valorização real do papel exercido pelos docentes do EPE, que esperamos apoiem o nosso Sindicato para que, após este passo em frente, outros se sigam.»


10
DEZ
76 ANOS
DECLARAÇÃO
dos DIREITOS
HUMANOS
CPLP-SE
PELA PAZ E DIREITOS HUMANOS
SEGUIMOS LUTANDO,
EDUCANDO E TRANSFORMANDO.
CPLP-SE

FNE assinalou Dia dos Direitos Humanos

O Dia dos Direitos Humanos é celebrado, anualmente, no dia 10 de dezembro, em virtude da adoção pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), em 1948.

Esta data é assinalada com o intuito de promover a defesa dos Direitos Humanos por todo o mundo, independentemente da raça, cor ou religião, do género, da língua, da opinião política e da origem nacional ou social.

Os 30 artigos desta Declaração transcendem valores, culturas e fronteiras, sistematizando um conjunto de direitos universais, indivisíveis e inalienáveis que reconhecem a igual dignidade e valor de cada pessoa.

Há 76 anos e pela primeira vez na história, a comunidade internacional concordou com um conjunto de valores e reconheceu que os direitos são inerentes a todos os seres humanos e não concedidos, ou retirados, por um determinado Estado.

Em 2024 o tema é "Nossos direitos, nosso futuro, agora" e pretende enfatizar o pleno poder dos direitos humanos como o caminho para o mundo que queremos e em que podemos tornar-nos mais pacíficos, iguais e sustentáveis.

O tema deste ano foi um apelo ao reconhecimento da importância e da relevância dos direitos humanos na vida diária. É a oportunidade de mudar as ideias através do combate ao discurso de ódio, corrigindo e combatendo a desinformação. Este é o momento de mobilizar ações para revigorar um movimento global pelos direitos humanos.

O Dia dos Direitos Humanos foi proclamado através da Resolução 423 (V) pela Assembleia Geral da ONU, a 4 de dezembro de 1950.

FNE/eurocid





Ética e deontologia – a chave que se precisa

A ética e a deontologia profissional na educação são temas fundamentais para todos os agentes que contribuem para o sucesso do sistema educativo. Embora o foco muitas vezes recaia sobre os docentes, é indispensável reconhecer o papel essencial desempenhado pelos profissionais de apoio educativo. Estes, compostos por assistentes operacionais, assistentes técnicos e técnicos especializados, asseguram não apenas o suporte logístico e administrativo, mas também promovem o bem-estar físico, emocional e social dos alunos.

A sua atuação, regida por princípios éticos e deontológicos, é indispensável para a criação de um ambiente escolar funcional, seguro e acolhedor, refletindo o compromisso com a educação integral e a superação dos desafios éticos que enfrentam.

Os profissionais de apoio educativo integram de forma indelével a comunidade escolar, transcendendo funções meramente operacionais. O seu contacto diário com os alunos contribui significativamente para a construção de relações humanas e para a criação de uma atmosfera propícia à aprendizagem e ao desenvolvimento integral.

Os assistentes operacionais garantem o funcionamento diário das escolas, zelando pela segurança, higiene e organização dos espaços, muitas vezes sendo os primeiros adultos a interagir com os alunos fora do ambiente familiar. Os assistentes técnicos desempenham funções administrativas, fundamentais para a organização escolar e a comunicação entre os vários intervenientes da comunidade educativa. Já os técnicos especializados, como psicólogos, terapeutas ou mediadores, oferecem suporte técnico e emocional, respondendo a necessidades específicas dos alunos e contribuindo para o seu desenvolvimento integral.

A atuação destes profissionais é orientada por princípios éticos e deontológicos que asseguram a qualidade do trabalho e o respeito por todas as pessoas envolvidas no ambiente escolar. O respeito e a dignidade são valores basilares, sendo essencial tratar alunos, colegas, docentes e encarregados de educação de forma equitativa, rejeitando comportamentos discriminatórios ou abusivos.

A confidencialidade, outro pilar ético, assegura o devido sigilo sobre informações sensíveis relativas aos alunos e às suas famílias. O profissionalismo é também crucial, requerendo rigor, responsabilidade e uma postura imparcial no cumprimento das funções. A colaboração surge como um fator determinante, promovendo uma comunicação eficaz e um trabalho em equipa alinhado com os objetivos educativos.

O compromisso ético dos profissionais de apoio educativo manifesta-se em várias dimensões. Em primeiro lugar, na garantia do bem-estar dos alunos, já que muitos destes profissionais são figuras de confiança para as crianças e jovens, assumindo um papel particularmente relevante em contextos de vulnerabilidade.

Em segundo lugar, no esforço para assegurar um ambiente escolar inclusivo e equitativo, onde todos os alunos, independentemente das suas condições, possam sentir-se seguros e valorizados. Por fim, na oferta de suporte ao processo de aprendizagem, ao criar condições que permitam aos docentes e alunos concentrarem-se no processo educativo propriamente dito.

Não obstante, o trabalho destes profissionais está repleto de desafios éticos que requerem uma reflexão constante. A gestão de conflitos entre alunos, por exemplo, exige intervenções justas e equilibradas, respeitando os direitos e necessidades de todas as partes envolvidas. É igualmente essencial que estes profissionais compreendam os limites das suas funções, referindo questões mais complexas para os docentes ou para a direção escolar, quando necessário.

Paralelamente, é importante manter um equilíbrio entre a proximidade aos alunos e a neutralidade, evitando favoritismos ou envolvimentos que possam comprometer a sua imparcialidade.

A formação contínua em ética e deontologia surge como uma ferramenta indispensável para capacitar os profissionais de apoio educativo a enfrentar os desafios do quotidiano escolar. Este tipo de formação permite não só reconhecer a relevância do seu papel, mas também refletir sobre situações práticas, analisando dilemas éticos e desenvolvendo estratégias para agir de forma justa e responsável.

Conclui-se, assim, que a ética e a deontologia não são exclusivas dos docentes, mas abrangem todos os profissionais que contribuem para o funcionamento do sistema educativo. O trabalho diário dos profissionais de apoio educativo é essencial para o sucesso escolar e para a construção de um ambiente que reflita valores como o respeito, a justiça e a inclusão.

O compromisso destes profissionais com a educação integral demonstra que o sucesso educativo é um esforço coletivo, sustentado numa prática ética, responsável e colaborativa. Num contexto escolar cada vez mais complexo, a reflexão ética e o cumprimento das normas deontológicas assumem-se como instrumentos essenciais para enfrentar os desafios do quotidiano com confiança e integridade.

Cristina Ferreira
Presidente do STAAE Sul e RA


2024
ETUCE Conference
Budva, Montenegro



Conferência do CSEE em Budva aprova estratégia para 2024 - 2028

O ex-secretário-Geral do TUI da Irlanda, John MacGabhann, é o novo Presidente do Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) / Região Europa da Internacional da Educação (IE), eleito na Conferência (congresso) quadrienal de 26 e 27 de novembro de 2024, em Budva, Montenegro. Um mês antes do evento, a IE tinha já nomeado Jelmer Evers, dos Países Baixos, como novo Diretor do CSEE. Jelmer Evers vai iniciar o seu mandato no dia um de janeiro de 2025.

Este primeiro encontro presencial em oito anos reuniu líderes educacionais de toda a Europa para debater os principais desafios, eleger novos representantes e adotar resoluções cruciais para o futuro da educação pública. John MacGabhann do TUI, Irlanda, foi eleito o novo Presidente do CSEE, sucedendo ao escocês Larry Flanagan.

No seu discurso de tomada de posse, MacGabhann sublinhou a importância de ouvir atentamente as organizações filiadas no CSEE, de afetar eficazmente os recursos e de abordar o futuro da educação a longo prazo, especialmente no que se refere às alterações climáticas, como uma forte prioridade para os sindicatos.

Além do Presidente, a Conferência elegeu seis vice-presidentes do CSEE, que vão assumir os destinos da organização no próximo quadriénio. A surpresa foi a eleição da sérvia Valentina Illic (TUS) no lugar fora da União Europeia - UE / EFTA). A ela juntaram-se Cuqui Vera Belmonte (FECCOO - Espanha), Dorota Obidniak (ZNP - Polónia), Julien Farges (SNES-FSU - França), Lasse Bjerg Jorgensen (BUPL – Dinamarca) e Rob Copeland (UCU – Reino Unido). Alexandre Dias (FNE) ocupará o lugar de Portugal no Comité de países do CSEE.

Promover a democracia e a tolerância

A nova direção comprometeu-se a manter o compromisso do CSEE para com o ensino público inclusivo, a autonomia profissional e a solidariedade em toda a comunidade docente europeia. A conferência assistiu a um debate rigoroso e à adoção de várias resoluções importantes que irão moldar a agenda sindical para os próximos anos.

A resolução principal da conferência **"Lutar pelo Futuro da Educação Pública numa Europa Social"** foi apresentada pelo Presidente cessante Larry Flanagan. A resolução sublinha a educação como um bem público e um direito humano, instando os sindicatos a lutar pela justiça social, por um financiamento equitativo e pela melhoria das condições de trabalho dos educadores e professores.

A resolução destaca igualmente a campanha da IE em curso "Go Public!" ("Por Uma Educação Pública"), que tem por objetivo reforçar o estatuto dos professores em toda a Europa.



A escassez global de professores foi um tema de destaque. A resolução salientou a necessidade de melhorar os salários, a autonomia profissional e as condições de trabalho para atrair e manter os professores. Assian Nimaga (NEU / Reino Unido) salientou: "Precisamos de condições e salários atrativos para resolver a questão da escassez de professores. Mentoria, formação e salários justos são fundamentais". Por seu lado, o francês Julien Farges reiterou a importância de implementar as recomendações da UNESCO para enfrentar estes desafios.

Trudy Kerperien apresentou um novo documento político sobre o impacto da Inteligência Artificial (IA) na educação, salientando as oportunidades e os riscos colocados pelas tecnologias de IA. Niels Jørgen Jensen (DLF / Dinamarca) sublinhou a necessidade de os professores terem uma palavra a dizer sobre a forma como a IA é integrada nos seus ambientes de trabalho, apelando a um forte envolvimento dos sindicatos nestas decisões.

Reconhecendo o aumento do extremismo em toda a Europa, esta resolução sublinhou o papel da educação na promoção da democracia e da tolerância. Lucy Coleman (NEU / Reino Unido) declarou: "Temos de celebrar a diversidade e combater a política do ódio", enquanto Martina Borgendale (GEW / Alemanha) apelou a uma melhor educação política e de cidadania para combater a influência da direita.

Combater o retrocesso democrático

Foi apresentado o novo programa de trabalho do CSEE 2025-2028, centrado no desenvolvimento da capacidade coletiva, no reforço da negociação coletiva e na defesa da justiça e da democracia. Anna Olskog (STU / Suécia) referiu que o programa ajudaria o CSEE a influenciar efetivamente a política da UE em matéria de educação, enquanto Katarina Murto (OAJ / Finlândia) salientou a importância de alinhar estas estratégias com as realidades financeiras.

A conferência contou com intervenções de fundo que inspiraram os delegados e reafirmaram o papel do CSEE na defesa da educação pública.



Mugwena Maluleke, Presidente da Internacional da Educação (IE), expressou a sua solidariedade inabalável com o movimento sindical europeu da educação e sublinhou que "os educadores devem defender em conjunto a educação pública, a dignidade dos professores e um futuro de esperança em que o conhecimento prevaleça sobre a ignorância."

Jarkko Eloranta, Vice-Presidente da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) afirmou que "a educação deve continuar a ser um bem público. Precisamos de uma ação coletiva para a proteger e garantir a democracia." Jelmer Evers, o novo Diretor Europeu do CSEE, falou dos desafios enfrentados pelas escolas devido ao "retrocesso democrático" e realçou a força do sindicato a partir das salas de aula e a necessidade de ligar os esforços locais aos níveis nacional e internacional, reforçando assim a solidariedade.





Reacender o espírito de unidade

Estar presente na Conferência do CDEE 2024 em Budva foi uma experiência imbuída de um sentimento de esperança, determinação e força coletiva. Os delegados de toda a Europa reuniram-se não só para votar e debater, mas também para se reencontrarem depois de anos separados. Apesar dos desafios dos últimos anos, incluindo a pandemia, a incerteza económica e o aumento do extremismo político, a atmosfera era de otimismo e de uma crença inabalável no poder da educação.

Larry Flanagan frisou que os sindicatos da educação sempre foram, e devem continuar a ser, os defensores dos valores humanos na sociedade. O seu discurso foi seguido de contributos que reforçaram o sentido de urgência na resolução do problema da escassez de professores e na resistência às pressões de privatização, mas houve também uma forte ênfase na construção de um futuro esperançoso e sustentável para a educação na Europa.

Os delegados debateram abertamente as dificuldades enfrentadas nos seus países, mas também partilharam histórias de sucesso, inspirando outros. O sentido de camaradagem foi evidente, uma vez que os participantes se apoiaram mutuamente durante os debates, aplaudiram de pé os líderes recém-eleitos e trocaram experiências em encontros informais. As atuações musicais de artistas montenegrinos acrescentaram uma riqueza cultural, que recordou a todos a diversidade dentro da unidade - um tema central para esta conferência.

A conferência de 2024 não foi apenas sobre as políticas ou resoluções adotadas. Foi sobre o reacender do espírito de unidade e a crença de que, através de uma ação coletiva, os professores de toda a Europa podem provocar mudanças significativas. Ficou assim claro que todos saíram de Budva mais conetados, mais determinados e prontos para enfrentar juntos os desafios que se avizinham.

FNE defende resoluções

A Conferência de Budva de 2024 marcou um ponto crítico para o CSEE ao abraçar uma nova liderança, reafirmar a sua missão e adotar estratégias para combater as ameaças à educação pública. À medida que a Europa continua a enfrentar desafios como a austeridade, o extremismo político e a escassez de professores, o sindicalismo da educação está pronto para defender ferozmente os seus membros e a profissão docente em geral.

O Presidente cessante Larry Flanagan, expressou a sua gratidão à IE e aos membros do ETUCE pelo seu apoio durante os tempos difíceis, encorajando a comunidade educativa a manter-se forte e unida face à adversidade.

Alexandre Dias interveio na resolução "Ação sindical para responder à escassez global de professores" e Joaquim Santos (FNE) apelou à sustentabilidade e à autonomia na sua defesa da resolução "Preparando o CSEE para os Desafios Futuros".

Na conferência, foram ainda apresentados e aprovados o Plano de Atividades e o orçamento para o próximo quadriénio, enfatizando a necessidade de gerir de forma eficaz a organização, potenciando a sua ação junto das organizações sindicais e dos governos nacionais, incluindo a União Europeia, onde o CSEE assume o papel de parceiro social, representando as organizações sindicais no Diálogo Social Setorial Europeu da Educação.

Com CSEE








Trends in International Mathematics and Science Study
TIMSS 2023
Portugal
RELATÓRIO NACIONAL
VOLUME II - 8.º ANO
RESULTADOS A MATEMÁTICA E A CIÊNCIAS
REPÚBLICA PORTUGUESA
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO
IEA
TIMSS & PIRLS
BOSTON COLLEGE
Trends in International Mathematics and Science Study
TIMSS 2023
Portugal
RELATÓRIO NACIONAL
VOLUME I - 4.º ANO
RESULTADOS A MATEMÁTICA E A CIÊNCIAS
IAVE
INSTITUTO DE AVALIAÇÃO EDUCATIVA, I.P.
REPÚBLICA PORTUGUESA
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO
IEA
TIMSS & PIRLS
BOSTON COLLEGE

TIMSS 2023: alunos portugueses do 8º ano de matemática no fundo da Europa

O oitavo ciclo da mais antiga avaliação internacional em larga escala de Matemática e Ciências, TIMSS 2023, revelou que percentagens substanciais de alunos do 4º e 8º anos de 72 países/economias demonstraram, pelo menos, conhecimentos e competências básicas naquelas duas áreas. Na Europa, e com uma pontuação média de 475 pontos em mil, menos 25 pontos que no TIMSS 2019, os alunos portugueses do 8º ano de matemática ficaram a 50 pontos de Inglaterra e a 130 de Singapura, atual líder mundial na educação. Abaixo de Portugal na Europa só a Geórgia e o Cazaquistão. O TIMSS 2023 inclui uma grande quantidade de informação adicional recolhida junto dos alunos, pais, professores e diretores.

Mais de 650 mil alunos dos quatro cantos do mundo participaram no TIMSS 2023 (Trends in International Mathematics and Science Study) da IEA - International Association for the Evaluation of Educational Achievement, um consórcio de instituições sedeado no Boston College dos EUA, com um secretariado permanente em Amesterdão.

O TIMSS é um estudo comparativo internacional que mede o desempenho em Matemática e Ciências no 4º e 8º anos de escolaridade, de quatro em quatro anos. Em Portugal é operacionalizado pelo IAVE, do Ministério da Educação.

Os resultados do relatório foram apresentados em quatro de dezembro de 2024, no Museu do Futuro, no Dubai. Noventa e um por cento dos alunos do 4º ano, a nível internacional, atingiram pelo menos o Nível de Referência Internacional Baixo (400 pontos na escala TIMSS) em Matemática, uma indicação de que demonstraram competências como a adição e subtração de números até três dígitos e a aplicação de propriedades básicas de formas geométricas.

Oitenta e um por cento dos alunos do 8º ano a nível internacional atingiram pelo menos este padrão, demonstrando conhecimento de números inteiros, formas básicas e representações visuais, incluindo encontrar os comprimentos dos lados de polígonos e ler informações de gráficos.

Percentagens substanciais de estudantes a nível internacional também alcançaram padrões internacionais mais elevados de desempenho em Matemática, tanto no 4º ano como no 8º anos. Percentagens semelhantes de alunos em ambos os anos alcançaram, pelo menos, o Baixo Valor de Referência Internacional em Ciências.

Noventa por cento dos alunos do 4º ano atingiram pelo menos este padrão, demonstrando conhecimento de alguns factos científicos, tais como informação básica sobre plantas e animais, além de propriedades da matéria em situações do quotidiano.

Mais recursos melhor desempenho

Oitenta por cento dos alunos do 8º ano atingiram, pelo menos, o Nível de Referência Internacional Baixo, demonstrando que são capazes de aplicar o conhecimento de alguns factos científicos, incluindo a demonstração de compreensão dos ecossistemas, utilizando modelos simples e distinguindo entre mudanças físicas e químicas. Percentagens substanciais de alunos a nível internacional também atingiram os níveis internacionais mais elevados, em ambos os anos de escolaridade.

As tendências de desempenho em Matemática e Ciências são reportadas ao longo do tempo para os países que participaram em ciclos anteriores do TIMSS. O ciclo anterior de 2019 ocorreu antes da pandemia da COVID-19 provocar a disrupção dos sistemas educativos em todo o mundo. As tendências sobre o desempenho dos alunos em Matemática e Cciências abrangem assim o período antes e depois da pandemia.

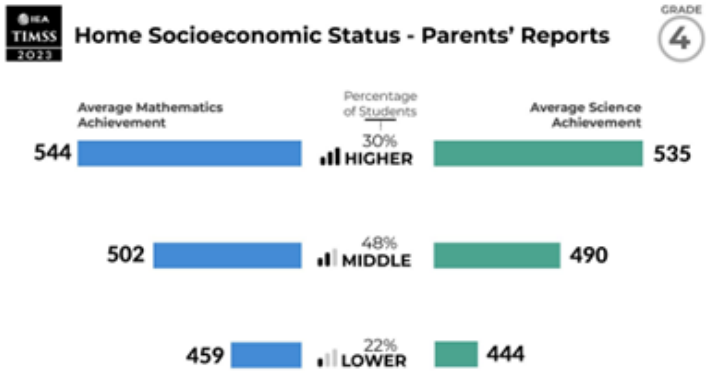
Deste modo, dos 49 países com dados comparáveis do 4º ano no TIMSS 2019, 14 mostraram um aumento do desempenho médio em Matemática no TIMSS 2023, 13 indicaram uma diminuição, e 22 não sofreram qualquer alteração.

Os resultados das tendências são semelhantes para estes países em Ciências, onde 15 mostraram um aumento do desempenho médio, 13 apresentaram uma diminuição e 21 não tiveram qualquer alteração.

Para os 34 países com dados comparáveis do 8º ano, no TIMSS 2019, apenas três apresentaram um aumento no desempenho médio em Matemática, 14 apresentaram uma diminuição e 17 não registaram alterações.

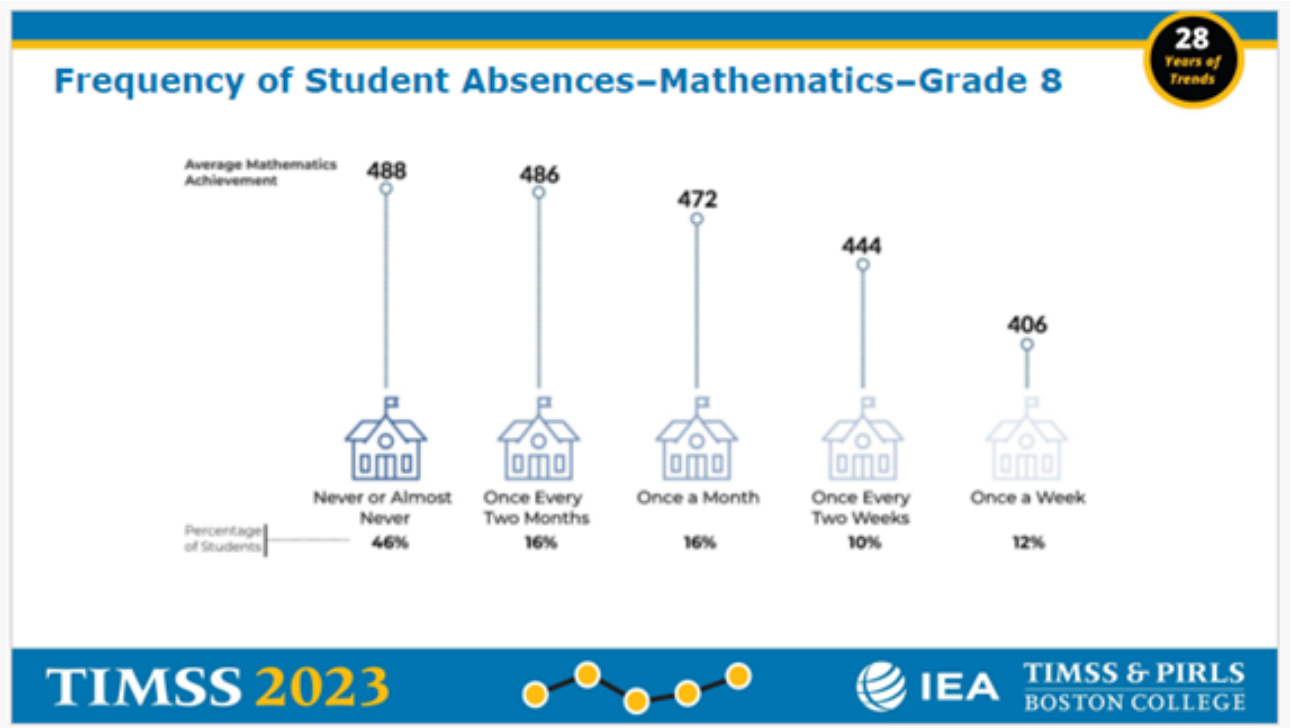
Os resultados são semelhantes em Ciências, onde, mais uma vez, apenas três países mostraram um aumento no desempenho médio, 15 indicaram uma diminuição e 16 não tiveram qualquer alteração. Os resultados do 4º ano demonstram um equilíbrio entre aumentos e diminuições da média de desempenho em comparação com o 8º ano, onde mais países apresentaram diminuições no desempenho médio.

Os destaques evidenciam que existe uma relação clara entre os recursos existentes em casa de cada aluno e o desempenho em Matemática e Ciências do 4º e 8º anos. Os alunos com maior estatuto socioeconómico e maiores recursos domésticos têm, em média, um desempenho substancialmente mais elevado do que outros com um estatuto socioeconómico doméstico mais baixo, ou com menos recursos.



Estatuto Socioeconómico Doméstico – Relatos dos pais
Fonte: TIMSS 2023

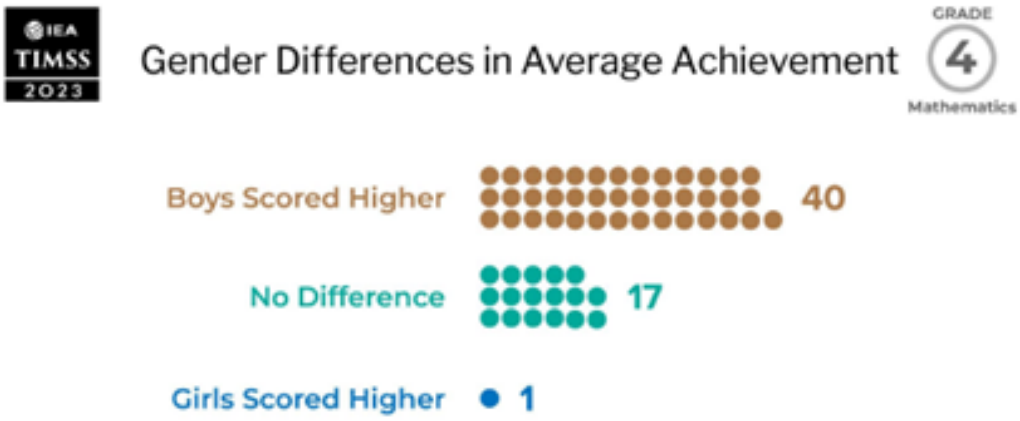
Por outro lado, o absentismo frequente a nível internacional está associado a um menor desempenho em Matemática e Ciências, embora muitos alunos relatem ausências pouco frequentes. Os alunos do 4º e 8º anos de escolaridade com atitudes mais positivas em relação à Matemática e a Ciências obtêm um maior desempenho nestas disciplinas.



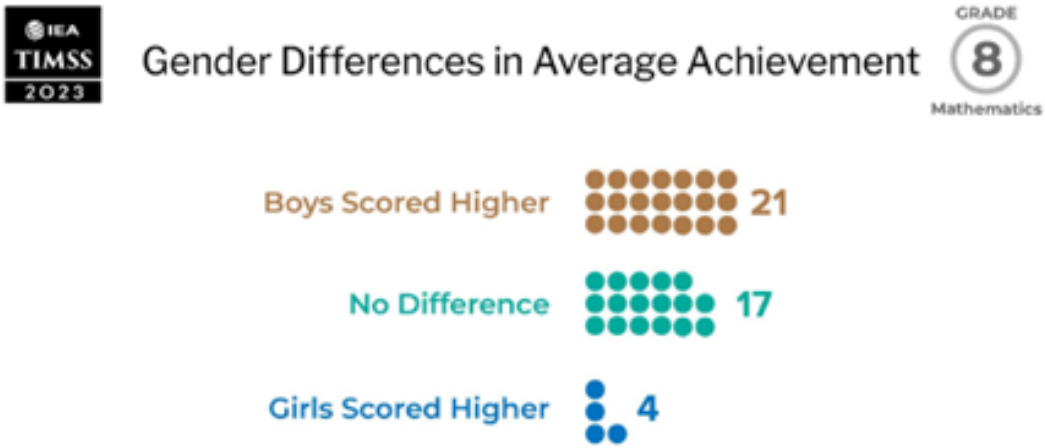
Frequência de ausências de alunos do 8º ano a matemática
Fonte: TIMSS 2023

Dirk Hastedt, Diretor Executivo da IEA, comentou que "é motivo de reflexão que cerca de 1 em cada 10 alunos a nível internacional reporta ter faltado à escola pelo menos uma vez por semana. Os alunos que faltam com maior frequência tendem a ter menores níveis de desempenho, e existe o risco de que uma proporção preocupantemente elevada da população estudantil esteja a abandonar a escola ainda muito jovem".

No respeitante a diferenças de género no desempenho médio, os resultados das tendências a curto prazo revelam maiores diferenças entre rapazes e raparigas no TIMSS 2023 do que no TIMSS 2019, em particular na Matemática do 4º ano, com 40 países em que os rapazes superaram as raparigas, 17 em que o desempenho é semelhante e apenas 1 país em que as raparigas obtiveram melhor resultado que os rapazes:



No 4º ano de matemática, as diferenças de género foram mais acentuadas



No 8º ano de matemática, as raparigas tiveram melhores resultados em quatro países

Fonte: TIMSS 2023

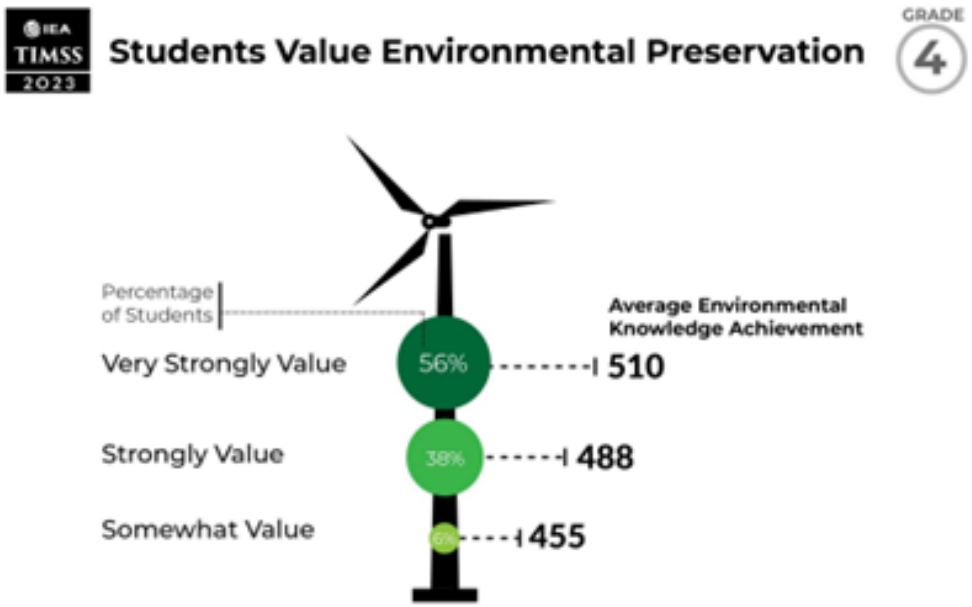
Em Ciências do 4º e do 8º ano, os resultados de género foram mais equilibrados, conforme atestam as figuras a seguir:



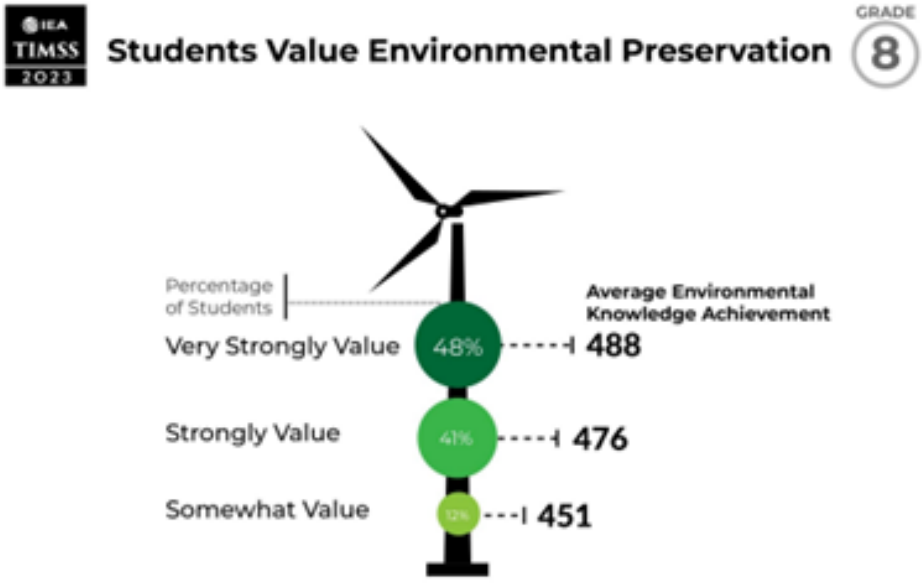


Fonte: TIMSS 2023

Curioso é o facto de que quanto maior é a importância dada pelos alunos do 4º e 8º anos à preservação ambiental melhores são os seus resultados nesta matéria:



Alunos valorizam a preservação ambiental – 4º ano / Realização média de conhecimento ambiental



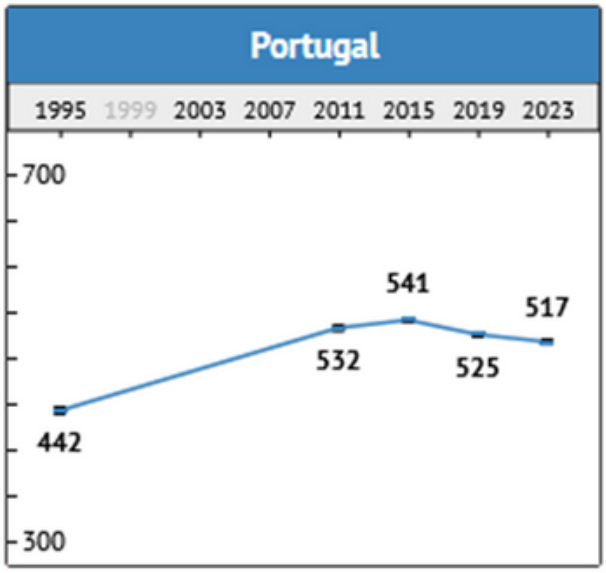
Alunos valorizam a preservação ambiental – 8º ano / Realização média de conhecimento ambiental

Fonte: TIMSS 2023

Portugal a descer desde 2015

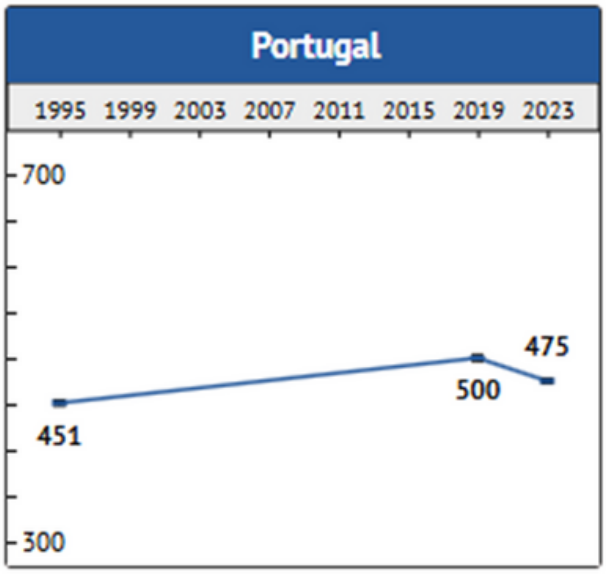
Portugal tem vindo a descer notoriamente nas avaliações comparativas internacionais desde 2015. Os resultados do TIMSS 2023 confirmam essa tendência, que não pode ser alvo de uma leitura simplista e linear. O mais fácil é atribuir as causas à pandemia da COVID 19, ao fim das avaliações externas ou a opções de política educativa, como o estabelecimento das aprendizagens essenciais. Porém, as causas são multifatoriais e importa que as reconheçamos o mais cedo possível.

A avaliação de Matemática do 4º ano incluía três áreas de conteúdo - número, juntamente com conceitos algébricos introdutórios (50%); medida e geometria (30%); e dados (20%). Os alunos foram avaliados nos três domínios cognitivos: conhecer (40%), aplicar (40%) e raciocinar (20%), obtendo uma pontuação média de 517 pontos, mais 14 que a média internacional. Este desempenho representa, no entanto, uma descida de 8 pontos relativamente ao TIMSS 2019:



Pontuação média da escala – Matemática 4º ano
Fonte: TIMSS 2023

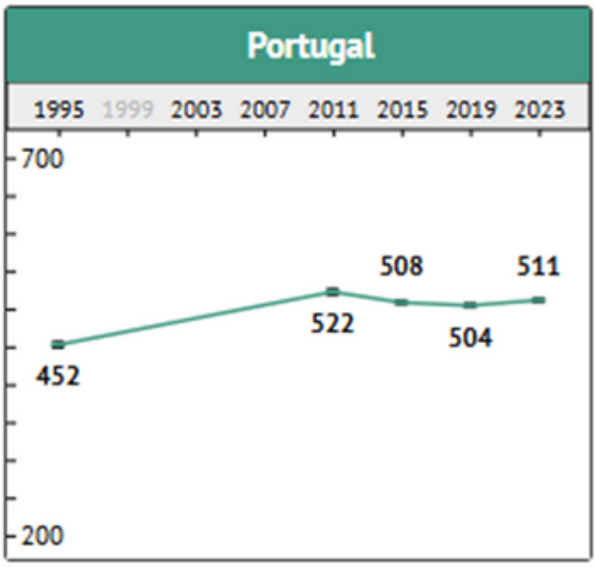
A avaliação de Matemática do 8º ano incluía quatro áreas de conteúdo - número (30%), álgebra (30%), geometria e medida (20%) e dados e probabilidade (20%). O quadro prescrevia que os itens de Matemática avaliassem os alunos nos três domínios cognitivos de Conhecer (35%), Aplicar (40%) e Raciocinar (25%). Os resultados dos alunos portugueses ficaram-se pelos 475 pontos, o que atesta um afundanço de 25 pontos, em relação ao TIMSS 2019:



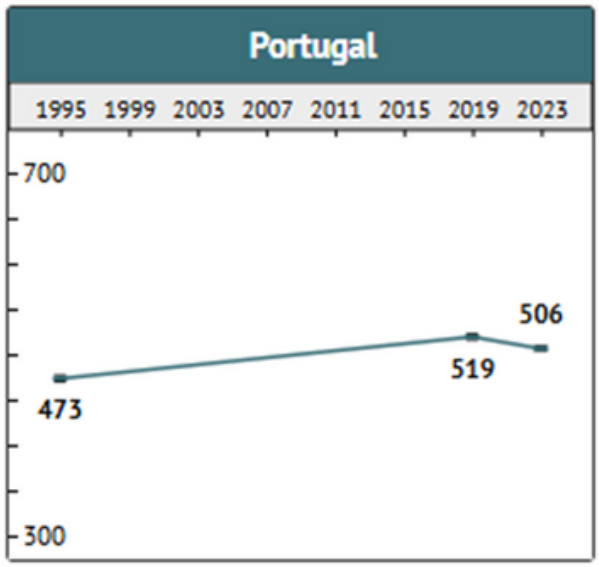
Pontuação média da escala – Matemática 8º ano
Fonte: TIMSS 2023

O mais notório é que esta queda de 25 pontos dos alunos portugueses do 8º ano só foi ultrapassada na Europa pelo Cazaquistão, com menos 34 pontos, igualando o desempenho do Chile e aproximando-se a nível mundial dos EUA, com menos 27 pontos. As maiores descidas a nível global ocorreram no Barém (menos 55 pontos), Malásia (menos 50), e em Israel e Jordânia (menos 32 pontos).

A avaliação de Ciências do 4º ano incluía três áreas de conteúdo - Ciências da vida (45%), Ciências físicas (35%) e Ciências da terra (20%). O quadro de referência prescrevia que os itens de Ciências avaliassem os alunos do 4º ano nos três domínios cognitivos: Conhecer (40%), Aplicar (40%) e Raciocinar (20%). O desempenho dos alunos portugueses no 4º e 8º anos a Cciências foi mais positivo que em matemática. No 4º ano, houve uma descida de 7 pontos relativamente ao TIMSS 2019 e no 8º ano a diminuição subiu aos 13 pontos:



Ciências 4º ano: 511 pontos em 2023



Ciências 8º ano: 506 pontos em 2023

Fonte: TIMSS 2023

Rapazes e raparigas

Em Portugal foram selecionadas aleatoriamente 166 escolas para integrar a amostra nacional do 4.º ano de escolaridade e 164 escolas para integrar a amostra nacional do 8.º ano, tendo participado efetivamente um total de 164 escolas em cada um dos anos de escolaridade.



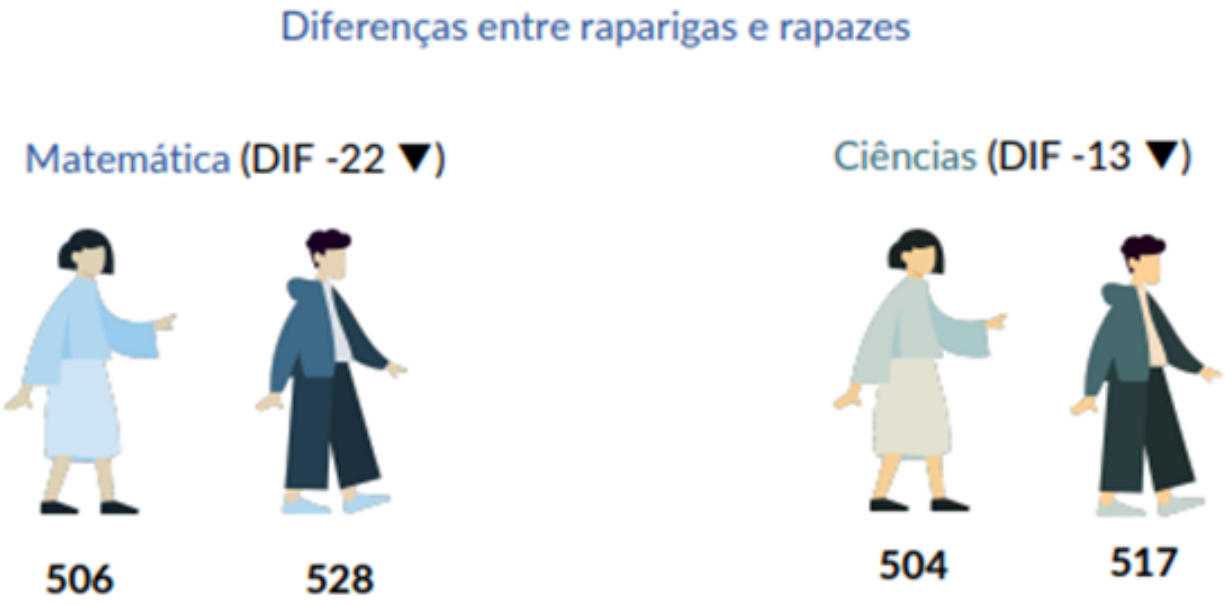
Fonte: IAVE 2024

A participação e o desempenho dos alunos nacionais estão referenciados nos três volumes que o IAVE / MECI lhe dedicou: o "Estudo TIMSS 2023 Portugal – Relatório Nacional - Volume 0 – Estudo TIMSS", o "TIMSS 2023 Portugal – Relatório Nacional – Volume I – 4º Ano – Resultados a Matemática e a Ciências" e o "TIMSS 2023 Portugal – Relatório Nacional – Volume II – 8º Ano – Resultados a Matemática e a Ciências".

O resultado médio dos rapazes a **Matemática no 4º ano** foi significativamente superior ao das raparigas. Em Portugal essa diferença é significativa em 22 pontos. Os alunos que frequentavam escolas privadas alcançaram um resultado médio significativamente superior à média nacional em 40 pontos e à média dos alunos de escolas públicas em 47 pontos.

Mais de um terço dos alunos portugueses do **4º ano a matemática** (36%) alcançaram, pelo menos, o Nível Elevado de desempenho. Estes alunos conseguem, entre outras coisas, relacionar conceitos ou representações em contextos alargados.

Tal como a Matemática, o resultado médio dos rapazes do **4º ano a Ciências** foi significativamente superior ao das raparigas em 13 pontos. Cerca de 30% dos alunos portugueses do 4º ano alcançaram pelo menos o nível de desempenho elevado. Estes alunos apresentam e aplicam conhecimentos das Ciências da Vida, Ciências Físicas e Ciências da Terra e envolvem-se em algumas práticas de investigação científica.



Fonte: IAVE 2024

Na Matemática do 8º ano, os rapazes obtiveram uma pontuação média significativamente superior à das raparigas em 14 pontos. A dimensão cognitiva **Raciocinar**, à semelhança do que aconteceu no ciclo de 2019, é aquela em que os alunos portugueses apresentaram **o melhor resultado médio.** Em Portugal, quase metade dos alunos do 8.º ano (49%) alcançaram pelo menos o Nível Intermédio de desempenho.

Nas Ciências do 8º ano, os rapazes alcançaram um resultado médio significativamente superior ao das raparigas em nove pontos. O melhor resultado médio surgiu no conteúdo da Biologia. A maioria dos alunos portugueses (56%) atingiu pelo menos o Nível Intermédio de Desempenho nesta disciplina.

Norte e centro superam o sul

Além dos resultados do 4º e 8º anos, os volumes do IAVE dão conta da Literacia e consciência ambiental, Interesse e motivação pela matemática e pelas ciências e do Contexto familiar e escolar em ambos aqueles anos de escolaridade.

Os alunos portugueses do 4.º ano alcançaram um **resultado médio a literacia ambiental** significativamente superior à média nacional a Ciências em oito pontos. Por seu lado, os alunos portugueses do 8.º ano alcançaram um resultado médio a literacia ambiental significativamente superior à média geral a Ciências por 14 pontos.

Em Portugal, e na média dos países participantes, menos de metade dos alunos reportou «gostar muito» de aprender Matemática. A percentagem de alunos que referiu «gostar muito» de aprender Ciências é superior à percentagem de alunos que referiu «gostar muito» de aprender Matemática.

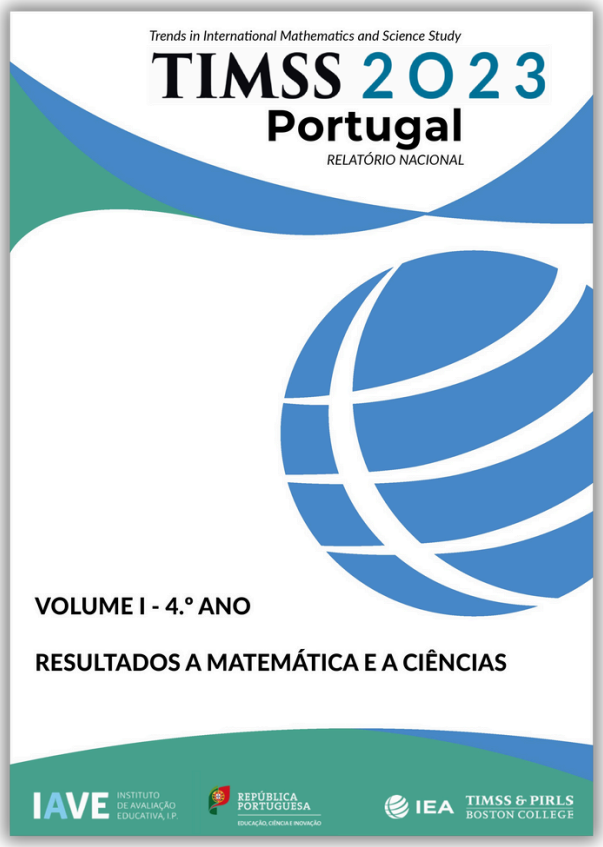
A maioria dos alunos do 8.º ano (58%) reportou «não gostar» de aprender Matemática. A diferença de pontuação média entre os alunos que referiram «gostar muito» dos que referiram «não gostar» de aprender Matemática é de 70 pontos;

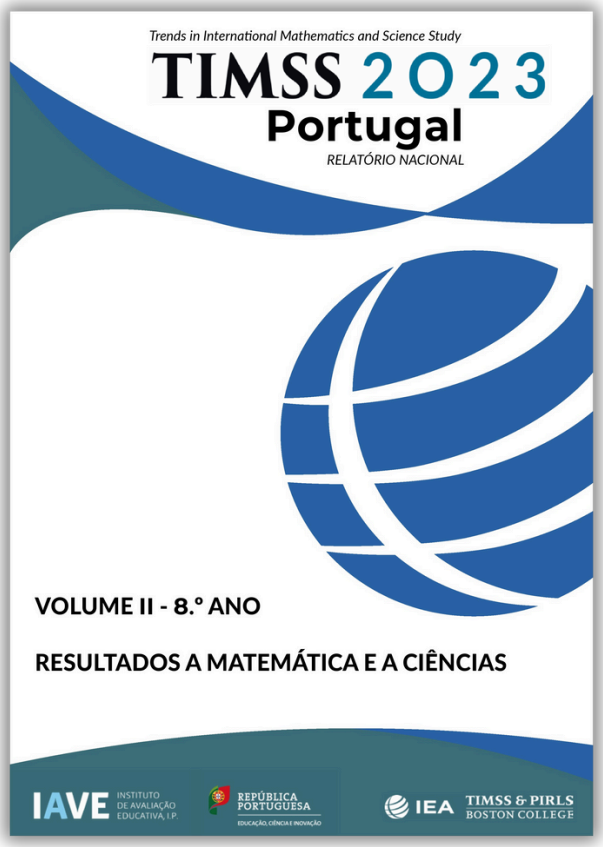
Na área das Ciências, que em Portugal está dividida em duas disciplinas – Ciências Naturais e Físico-Química – há mais alunos portugueses a reportarem gostar de aprender Ciências Naturais do que de Físico-Química. A percentagem de alunos que referiu «gostar muito» de aprender Ciências Naturais é de 38%, enquanto a Físico-Química a percentagem é de 29%.

De acordo com o IAVE, os recursos educativos que os alunos têm em casa tem uma **relação moderada** com os resultados médios dos alunos a Matemática e a Ciências. Os melhores resultados nacionais registaram-se no norte e centro do país, em detrimento do sul.



TIMSS ausente dos currículos nacionais





Portugal participou no TIMSS do 4º ano em 1995, 2011, 2015 e 2023. No 8º ano, participou no TIMSS de 1995, 2019 e 2023. No documento **TIMSS 2023 Encyclopedia**, Anabela Serrão e Luís Pereira dos Santos (IAVE) referem que não existe qualquer menção explícita aos resultados do TIMSS ou quadros do TIMSS no desenvolvimento dos currículos nacionais para o 4.º ou 8.º anos, ou noutras políticas oficiais que visem objetivos e orientações para o ensino básico.

No entanto – continuam -, o novo currículo de matemática do ensino secundário, introduzido no ano letivo de 2015-2016, menciona o TIMSS Advanced (no qual Portugal participou em 2015 em matemática) e na redução do fosso entre o currículo nacional de matemática e o quadro deste último relatório.

O ciclo de avaliação do TIMSS 2023 completou a transição para o eTIMSS (em ambiente digital), refletindo a utilização generalizada da tecnologia nas escolas e na sociedade. Fora do **eTIMSS**, em pelo menos uma avaliação, ficaram a Bulgária, Chipre, Costa do Marfim, República Islâmica do Irão, Iraque, Kuwait, Marrocos, Região do Curdistão do Iraque e África do Sul.

Inaugurado em 1995, o TIMSS tem decorrido de quatro em quatro anos desde então, fornecendo 28 anos de tendências no desempenho em Matemática e Ciências do 4º e 8º anos de escolaridade. O próximo ciclo do TIMSS 2027 está aberto a inscrições.

https://www.iea.nl/studies/iea/timss/timss2023

Comissão Europeia

Monitor da Educação e da Formação de 2024

PORTUGAL







Espaço Europeu da Educação

Portugal no topo do baixo nível de escolaridade na UE

A percentagem elevada de alunos com fraco desempenho a matemática e a percentagem reduzida de alunos com os melhores desempenhos representam um risco para a produtividade e a competitividade futuras. Esta é uma das conclusões do relatório da Comissão Europeia (CE) "Monitor da Educação e da Formação de 2024" dedicado a Portugal. Outros pontos negativos são o aumento do abandono escolar, a necessidade de reforçar os programas de ensino e formação profissionais (EFP) e a diminuição da taxa de participação dos adultos em atividades de aprendizagem ao longo da vida.

O relatório anual da CE alerta para quatro pontos negativos que dominam o sistema de educação e formação português. O primeiro deles diz respeito a uma alta percentagem de alunos com um fraco desempenho a matemática, assim como uma percentagem reduzida de alunos com os melhores desempenhos.

O Monitor de 2024 sublinha que o desempenho dos estudantes em competências básicas diminuiu significativamente desde 2018 e representa um risco para o futuro da produtividade e da competitividade do país. Embora menor do que noutros países da União Europeia (UE), o fosso socioeconómico em matéria de competências básicas está a aumentar.





O documento assinala também um aumento do abandono escolar precoce, embora 0,9% ainda abaixo da meta definida ao nível da EU, fortemente influenciado pelo local de residência. Em 2023, a taxa de abandono precoce da educação e da formação (ELET) foi de 8,1%, aproximando-se do nível de 2020 e mais elevada do que em 2021 e 2022, anos em que estabilizou em torno de 6%.

Em Portugal, persistem as disparidades regionais na taxa ELET, variando entre mais de 22,9% nos Açores e 6,1% na região Norte. As taxas de abandono precoce da educação e da formação aumentaram significativamente em todas as regiões portuguesas, com exceção da Madeira. Em 2023, subiram consideravelmente nas cidades e mantiveram-se relativamente estáveis nas zonas rurais, vilas e subúrbios, com uma diferença semelhante (cerca de 2 p.p.) em relação à média da UE.

O terceiro ponto a reter com atenção respeita ao ensino e formação profissionais, onde é necessário reforçar os programas de ensino e formação profissionais (EFP). Na verdade, o nosso país regista a taxa mais elevada de pessoas com baixo nível de escolaridade na UE.

Por último, o Monitor 2024 da CE regista um alerta na educação de adultos, em que a taxa de participação dos adultos em atividades de aprendizagem ao longo da vida está a diminuir. Em 2016, 38,0% dos adultos tinham participado em aprendizagens nos últimos 12 meses, mas em 2022 a taxa desceu para 33,4%, abaixo da média da UE de 39,5%.

Os níveis de qualificação formal da população adulta são significativamente baixos e a formação para este grupo é particularmente difícil. Existem disparidades consideráveis entre as taxas de participação de adultos com níveis de qualificação baixos, intermédios e altos (17,0% contra 35,4% contra 60,0% em 2022). A médio prazo, a consecução da grande meta nacional para 2030 relativa à participação de adultos em educação e formação todos os anos (60%) poderá ser negativamente afetada por esta reduzida taxa de participação de adultos pouco qualificados.

O envelhecimento da população portuguesa afetará, entre outros aspetos, o funcionamento do mercado de trabalho e, igual e previsivelmente, os sistemas de educação e formação. As taxas de participação relativamente baixas, designadamente na educação de adultos, limitarão o número de trabalhadores qualificados disponíveis para um mercado de trabalho mais exigente e especializado.

Aprendizagem para a sustentabilidade

O conceito da aprendizagem para a sustentabilidade está bem integrado no sistema educativo português. Em Portugal, as competências em matéria de sustentabilidade são incluídas nos programas curriculares desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino secundário, numa abordagem abrangente (Comissão Europeia/EACEA/Eurydice, 2024).

Porém, os jovens portugueses consideram que a aprendizagem para a sustentabilidade é bem abordada no ensino, mas subsistem desafios. Falamos da participação de toda a comunidade escolar, a mobilização de todas as partes interessadas para a sustentabilidade, incluindo as famílias e a comunidade em geral, e a prestação de formação e apoio aos professores.

Portugal alcançou as metas ao nível da UE para a participação na educação e acolhimento na primeira infância (EAPI), mas também prosseguem os esforços para concretizar o acesso universal. Importante realçar que os professores portugueses estão a melhorar as suas competências digitais.

Por seu lado, a conclusão do ensino superior aumentou de forma constante na última década, mas continua abaixo da média da UE. Em 2023, 41,5% dos jovens com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos possuíam um diploma de ensino superior, abaixo da média da UE (43,1%) e da meta ao nível da UE (45 %). A taxa de conclusão do ensino superior ultrapassa em muito a de 2013 (30%), mas diminuiu em relação a 2021 (45,9%) e 2022 (42,9%).





A diminuição global da taxa de conclusão do ensino superior deve-se sobretudo a uma redução de quase 6 p.p. na taxa de mulheres diplomadas, tendo a taxa de homens diplomados permanecido relativamente estável.

Continuam a existir diferenças regionais significativas nas taxas de conclusão do ensino superior (de 19,6% nos Açores até 48,4% na Área Metropolitana de Lisboa). Existem também diferenças por país de nascimento (de 36,1% de pessoas nascidas no estrangeiro até 41,8% de pessoas nascidas no país) - médias da UE de 38 % e 44,2 %, respetivamente.

Não obstante, segundo as estatísticas nacionais, há mais jovens inscritos no ensino superior. Em 2023, as taxas de inscrição voltaram a atingir um recorde histórico, com 446 028 estudantes inscritos. No entanto, o número de diplomados do ensino superior em ciências, matemática e informática diminuiu de 7 928 em 2021 para 7 768 em 2022.

Há mais estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior. No ano letivo de 2022/2023, havia, em Portugal, mais de 74 000 estudantes estrangeiros inscritos no ensino superior, incluindo os estudantes participantes num programa de intercâmbio e com estatuto de estudante internacional, nos vários ciclos de estudos (licenciatura, mestrado e doutoramento). Entretanto, prossegue a reforma do sistema nacional de acesso ao ensino superior.

Portugal aplicou uma série de medidas para melhorar o acesso dos grupos desfavorecidos ao ensino superior, tais como a redução das propinas e a introdução de novas regras de elegibilidade para a atribuição de bolsas de estudo. Neste setor, diversos incentivos financeiros visam aumentar as qualificações de ensino superior dos jovens.

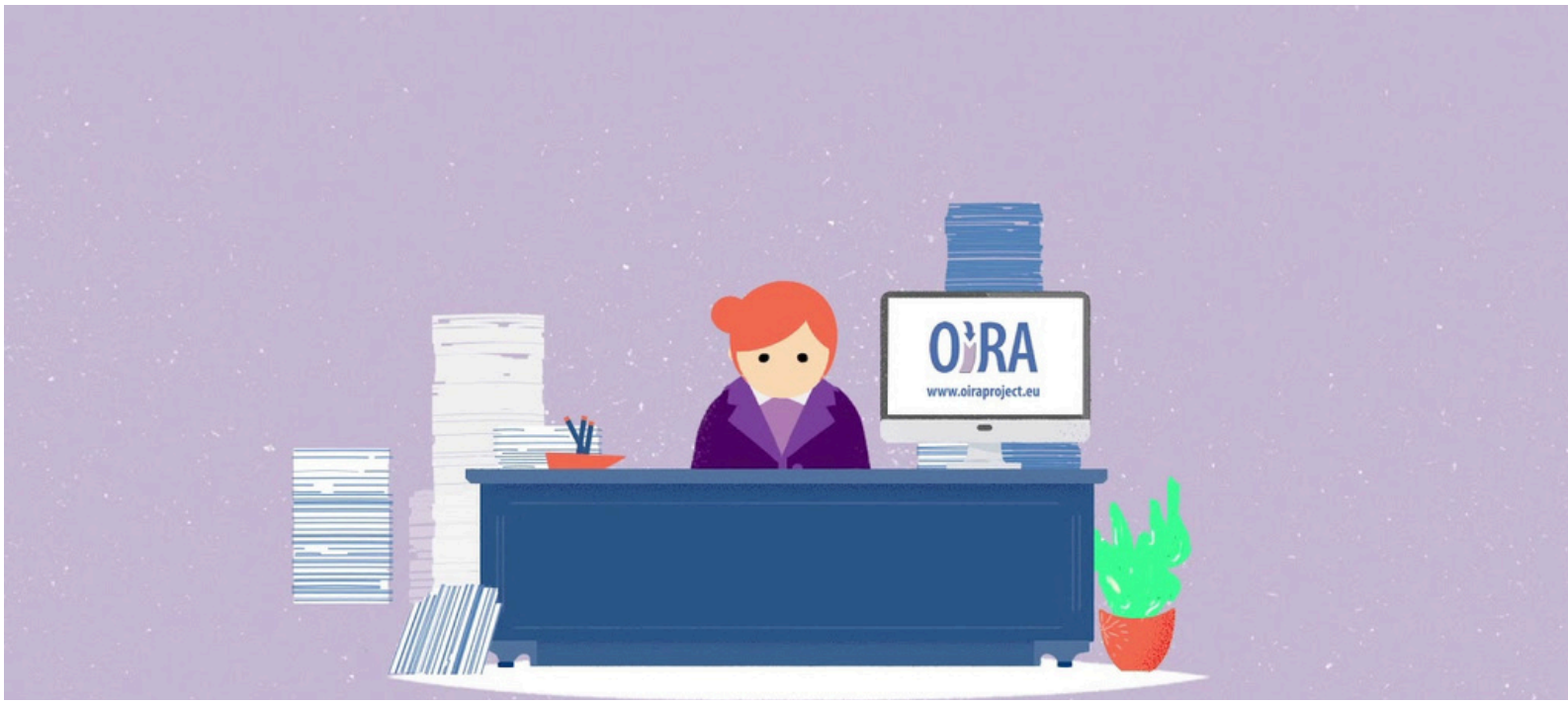
Ferramenta OiRA para o ensino superior e investigação

Locais de trabalho saudáveis e seguros nas instituições de ensino superior e investigação (IESI) são pré-requisitos para uma educação e investigação de qualidade, tal como reconhecido pelo Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE) e pela Federação Europeia de Empregadores da Educação (FEEE).

A avaliação dos riscos no local de trabalho é a pedra angular de uma boa gestão da saúde e da segurança no ensino e, por conseguinte, uma obrigação legal para os empregadores, tal como estipulado no n.º 1 do artigo 9.º da "Diretiva-Quadro SST" da UE (89/391/CEE).

Uma avaliação eficaz dos riscos é crucial para garantir que as IESI proporcionem ambientes de trabalho seguros. Por sua vez, esses locais de trabalho constituem a base para que os estudantes aprendam em ambientes saudáveis e seguros e desenvolvam boas práticas de saúde e segurança para o seu futuro como trabalhadores. Nesse sentido, a Avaliação Interativa de Riscos online (OiRA) é fundamental.

Dando cumprimento ao compromisso assumido pelo Comité Europeu do Diálogo Social Setorial na Educação na "Declaração sobre a Promoção da Implementação de Ferramentas OiRA nas Instituições de Ensino pelos Parceiros Sociais Setoriais Europeus na Educação" (2021), os sindicatos e empregadores europeus da educação desenvolveram em conjunto uma ferramenta OiRA de fácil utilização para o ensino superior e a investigação, em estreita cooperação com a Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA).



Garantir a saúde e segurança no trabalho

Esta ferramenta OiRA foi concebida para todas as IESI, incluindo as que oferecem programas de estudo e formação, como o ensino superior, e as que oferecem formação em investigação a nível pós-secundário. Estas incluem uma vasta gama de instituições no sector do ensino superior, tais como instituições públicas e privadas, universidades de ciências aplicadas (politécnicos), universidades de investigação, bem como instituições de investigação públicas e privadas.
Com base no trabalho conjunto realizado anteriormente para as ferramentas OiRA existentes para a primeira infância e o ensino secundário, esta ferramenta em linha foi adaptada às necessidades específicas do setor do ensino superior e da investigação.

A ferramenta OiRA para o ensino superior e a investigação foi desenvolvida com foco em atividades académicas e de investigação, workshops, riscos psicossociais e laboratórios. Ela também inclui bibliotecas, atividades desportivas e fora do campus e outros ambientes de trabalho.

A este respeito, entende-se que a avaliação de riscos para as atividades de ensino superior e investigação que exijam uma elevada especificidade deve remeter para as ferramentas OiRA relevantes.

A presente ferramenta OiRA tem por objetivo facilitar a avaliação sistemática e exaustiva dos riscos em IESI de todas as dimensões, por parte do(s) membro(s) do pessoal responsável. Foi também desenvolvida para permitir que os empregadores criem um plano de ação para prevenir e combater esses riscos, em consonância e em estreita consulta com o pessoal e os seus representantes sindicais.
A estrutura modular da ferramenta foi concebida para ser ajustável e ter em conta os contextos nacionais e as circunstâncias de cada instituição de ensino superior.

Esta ferramenta OiRA deve ser vista como um primeiro passo para apoiar as autoridades do ensino superior, os líderes institucionais e as organizações de investigação na adoção de novas medidas para abordar os riscos de saúde e segurança no trabalho e criar soluções para os mesmos.

Garantir a saúde e a segurança no trabalho é fundamental para o bem-estar e a motivação do pessoal do ensino e da investigação, conduzindo assim a menos acidentes e ausências por doença.

A FNE convida calorosamente todos os parceiros sociais nacionais no domínio da educação a divulgarem amplamente esta ferramenta entre os seus filiados, a fim de garantir que ela cumpra o objetivo pretendido: melhorar as condições de trabalho do pessoal do ensino superior e da investigação em toda a Europa.

Esta é a primeira iniciativa a nível europeu a oferecer uma ferramenta gratuita e de fácil utilização para a prevenção de riscos, especificamente concebida para o ensino superior e investigação. A avaliação dos riscos é essencial para promover condições de trabalho seguras e saudáveis e é um requisito obrigatório em todos os países da UE.

fne



NESTE *Natal*

CELEBRAMOS A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO E A DEDICAÇÃO DE TODOS OS PROFISSIONAIS QUE A FAZEM ACONTECER.

SINDICATO PROFESSORES ZONA NORTE · SPZC SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA CENTRO · SPGL GRANDE LISBOA · SDPSUL · SDPA SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS PROFESSORES DOS AÇORES · SPM MADEIRA · SPCL · STAE ZONA NORTE · STAE ZONA CENTRO · STAE SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS